

SUMÁRIO

Capítulo I – CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ...	27
1. Conceito de contrato de honorários advocatícios	27
2. Tipos de honorários advocatícios	28
3. Honorários de sucumbência	29
4. Modelo de contrato de honorários advocatícios	40
Capítulo II – JURISDIÇÃO	45
1. Conceito de jurisdição	45
2. Princípios fundamentais da jurisdição	46
3. Jurisdição civil contenciosa ou voluntária	51
Capítulo III – COMPETÊNCIA	53
1. Introdução	53
2. Competência	55
3. Conceito de Foro e Juízo	60
4. Competência absoluta e relativa	61
5. O Princípio da “Perpetuatio Jurisdictionis”	63
6. Critérios para a fixação de competência	64
6.1. Critério objetivo	64
6.2. Critério funcional	64
6.3. Competência territorial	64

7. Análise detalhada dos critérios de fixação da competência	65
7.1. Critério objetivo	65
7.2. Critério funcional	65
7.3. Critério territorial	66
8. Competência territorial	72
9. Modificação da competência	82
10. Conflito de competência	88

Capítulo IV – PROCURAÇÃO AD JUDICIA 93

1. Conceito	93
2. Extensão dos poderes conferidos pelo outorgante ao advogado	95
3. Modelo da procuração <i>ad judicia</i> com poderes para o foro em geral	99
4. Modelo da procuração <i>ad judicia</i> com poderes para o foro em geral e poderes especiais	100
5. Modelo da procuração <i>ad judicia et extra</i>	101
6. Modelo de procuração <i>ad judicia</i> para integrantes de sociedade de advogados	102

Capítulo V – SUBSTABELECIMENTO 105

1. Conceito	105
2. Modelos de substabelecimento	107
2.1. Modelo de substabelecimento com reserva de poderes	107
2.2. Modelo de substabelecimento sem reserva de poderes	108

Capítulo VI – DA ASSISTÊNCIA	109
1. Conceito	109
2. Finalidade	111
3. Cabimento	111
4. Atuação do assistente no processo	112
5. Procedimento	115
6. Modelo da petição de assistência simples	116
 Capítulo VII – DENUNCIAÇÃO DA LIDE	 119
1. Conceito	119
2. Finalidade	119
3. Cabimento	120
4. Não obrigatoriedade da denúncia da lide	122
5. Legitimação	122
6. Tipos de denúncia e procedimento	123
6.1. Denúncia da lide pelo autor	123
6.2. Denúncia da lide promovida pelo réu	124
7. Recursos da denúncia da lide	125
8. Modelo de petição (denúncia da lide pelo réu)	126
 Capítulo VIII – CHAMAMENTO AO PROCESSO	 131
1. Conceito	131
2. Finalidade	132
3. Cabimento	132
3.1. Do afaçamento, na ação em que o fiador for réu	132

3.2.	Dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles	133
3.3.	De todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum	133
4.	Procedimento	134
5.	Modelo de chamamento ao processo	136

Capítulo IX – DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 139

1.	Introdução	139
2.	Do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	144
3.	Do procedimento	146
3.1.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no curso do processo	146
3.2.	Desconconsideração da personalidade jurídica requerida na inicial	149
3.3.	Modelo de petição do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	151

Capítulo X – DO “AMICUS CURIAE” 159

1.	Conceito	159
2.	Requisitos	162
3.	Requerimento	163
4.	Procedimento	164
5.	Modelo da petição “amicus curiae”	167

Capítulo XI – DAS EXCEÇÕES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO	171
1. Introdução	171
2. Exceção de impedimento e de suspeição	173
3. Procedimento das exceções de impedimento e suspeição	181
4. Modelo de petições de impedimento e suspeição	183
4.1. Modelo de petição de exceção de impedimento ...	183
4.2. Modelo de petição de exceção de suspeição	184
 Capítulo XII – TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA	 187
1. Conceito	187
2. Requisitos da tutela provisória de urgência	188
3. Caução real ou fidejussória	190
4. Tutela provisória de urgência requerida na petição inicial	193
5. Modelo de petição inicial com pedido de tutela provisória de urgência	195
 Capítulo XIII – PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	 205
1. Introdução	205
2. Requisitos da petição inicial	206
3. Procedimento da tutela antecipada e do aditamento da petição inicial	208
4. Estabilidade da tutela antecipada	211

5. Modelo de petição inicial com pedido de tutela antecedente e aditamento com pedido de nulidade de cláusula contratual e dano moral	214
---	-----

Capítulo XIV – TUTELA CAUTELAR 227

1. Introdução	227
2. Petição inicial	228
3. Procedimento	230
4. Modelo de tutela cautelar requerida em caráter antecedente	232

Capítulo XV – TUTELA DA EVIDÊNCIA 237

1. Introdução	237
2. Requisitos para a concessão da tutela da evidência	238
3. Modelo de petição inicial com pedido de tutela da evidência (art. 311, parágrafo único, do CPC: “nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente”)	240

Capítulo XVI – PETIÇÃO INICIAL 247

1. Petição inicial	247
2. Requisitos da petição inicial	248
3. Do indeferimento da petição inicial	271
4. Improcedência liminar do pedido da petição inicial	275
5. Modelo de petição inicial	279
5.1. Petição inicial de ação de rescisão contratual cumulada com restituição de parcelas pagas e com perdas e danos	279
5.2. Modelo de petição inicial pleiteando indenização por danos morais (erro médico)	288

5.3.	Modelo de petição inicial de ação estimatória ou “quanti minoris”	302
5.4.	Modelo de petição inicial de ação de alimentos ...	308
5.5.	Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória de urgência cumulada com ação de indenização por danos morais por erro médico	311
5.6.	Modelo de ação reivindicatória – retrovenda	330
Capítulo XVII – CONTESTAÇÃO		335
1.	Conceito	335
2.	Aspectos formais da contestação	337
3.	Impugnação ponto a ponto dos pedidos formulados pelo autor na inicial	338
4.	Defesa preliminar	341
5.	Defesa material ou de mérito	346
6.	Modelos de contestação	348
6.1.	Estrutura de modelo de contestação com preliminar (ilegitimidade passiva do réu e inépcia da inicial)	348
6.2.	Modelo de contestação	351
6.3.	Modelo de contestação com pedido de preliminar	354
Capítulo XVIII – RECONVENÇÃO NA CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO AUTÔNOMA		365
1.	Conceito	365
2.	Finalidade	367
3.	Requisitos	368

4. Procedimento da reconvenção na contestação e de forma autônoma	369
4.1. Reconvenção em peça autônoma	371
5. Modelos de contestação com reconvenção	373
6. Modelo de reconvenção	378
Capítulo XIX – RÉPLICA	383
1. Conceito	383
2. Ocorrência da réplica	384
3. Modelo de réplica	386
Capítulo XX – DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	389
1. Conceito	389
2. Requisitos	390
3. Modelo de petição – Produção antecipada da prova antecedente à ação principal	394
4. Modelo de petição – Produção antecipada da prova antecedente incidental	398
Capítulo XXI – DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA.....	401
1. Introdução	401
2. Exibição de documento ou coisa em poder de terceiro ...	404
3. Modelo de exibição de documento ou coisa	406
3.1. Modelo de exibição de documento contra a parte ..	406
3.2. Modelo de exibição de documento contra terceiro	409
Capítulo XXII – DA ARGUIÇÃO DE FALSIDADE	413
1. Conceito	413

2. Do procedimento	414
3. Modelo da arguição do incidente de falsidade	416

Capítulo XXIII – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 419

1. Introdução	419
2. Liquidação de sentença por arbitramento	421
3. Procedimento da liquidação da sentença por arbitramento	422
4. Liquidação de sentença pelo procedimento comum	424
5. Procedimento da liquidação de sentença pelo procedimento comum	426
6. Modelo de liquidação de sentença por arbitramento	427
7. Modelo de liquidação de sentença pelo procedimento comum	429

Capítulo XXIV – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA 433

1. Introdução	433
2. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	435
3. Modelo de impugnação à execução	439

Capítulo XXV – DA AÇÃO RESCISÓRIA 443

1. Introdução	443
2. Requisitos da ação rescisória	447
2.1. Sentença proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	447
2.2. Sentença prolatada por juiz impedido ou absolutamente incompetente	448

2.3.	Sentença proferida resultante de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	449
2.4.	Ofender a coisa julgada	450
2.5.	Violação manifesta de norma jurídica	451
2.6.	Sentença que se funda em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria ação rescisória	451
2.7.	Depois da sentença transitada em julgado, o autor obtiver prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	452
2.8.	Sentença fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	452
3.	Legitimidade de partes	453
4.	Procedimento da ação rescisória	453
5.	Modelo de ação rescisória	456

Capítulo XXVI – RECURSOS 461

1.	Conceito	461
2.	Classificação	462
3.	Pressupostos de admissibilidade	463
4.	Desistência e renúncia	466

Capítulo XXVII – ESPÉCIES DE RECURSO 467

1.	Recurso adesivo	467
1.1.	Processamento do recurso adesivo	470
1.2.	Efeitos	473
1.3.	Pedido	473

1.4.	Sustentação oral do recurso adesivo nos tribunais	474
1.5.	Modelo do recurso adesivo	476
1.5.1.	Modelo da folha de rosto	476
1.5.2.	Modelo do Recurso Adesivo em Recurso de Apelação	477
2.	Recurso de apelação	483
2.1.	Introdução	483
2.2.	Interposição do recurso de apelação	485
2.3.	Efeitos do recurso de apelação	487
2.4.	Algumas considerações importantes sobre a nova sistemática do recurso de apelação	489
2.4.1.	Questões resolvidas na fase de conhecimento que não comportam agravo de instrumento	489
2.4.2.	Alegação de fatos novos no recurso de apelação	490
2.4.3.	Pedido ou defesa com mais de um fundamento no recurso de apelação	491
2.4.4.	Extinção do processo sem resolução de mérito	492
2.4.5.	Nulidade sanável no curso do processo, quando da interposição do recurso de apelação	493
2.5.	Procedimento do recurso de apelação	494
2.6.	Preparo	499
2.7.	Modelo de petição de interposição de recurso de apelação	504
2.8.	Modelo das razões do recurso de apelação	505
3.	Agravo de instrumento	508
3.1.	Introdução	508

3.2.	Modelo de agravo de instrumento	535
4.	Agravo Interno	541
4.1.	Introdução	541
4.2.	Efeitos do agravo interno	547
4.3.	Requisitos da petição do agravo interno	549
4.4.	Procedimento	550
5.	Embargos de declaração	564
5.1.	Conceito	564
5.2.	Procedimento	568
5.3.	Embargos de declaração com efeito infringente ...	571
5.4.	Modelo de embargos de declaração para o juiz de direito da causa	574
6.	Recurso ordinário	577
6.1.	Introdução	577
6.2.	Cabimento	578
6.3.	Processamento	578
6.4.	Modelo do recurso ordinário	579
7.	Recursos especial e extraordinário	584
7.1.	Processamento	594
7.2.	Modelo de recurso especial com arguição de relevância	601
7.3.	Modelo de recurso extraordinário	611
8.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	620
9.	Embargos de divergência	622
9.1.	Procedimento	624
9.2.	Modelo dos embargos de divergência	625

10. Outros modelos	630
10.1. Agravo interno em recurso especial	630
10.2. Modelo de contrarrazões do agravo interno em recurso especial	631
10.3. Modelo de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso extraordinário	635
10.4. Modelo de embargos de divergência	637
10.5. Modelo de Agravo Interno que negou seguimento ao Agravo de Instrumento	640
10.6. Diferença entre Agravo Interno endereçado ao Desembargador do Tribunal de Justiça e Agravo Interno endereçado ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça	642

Capítulo XXVIII – PROCESSO DE EXECUÇÃO 647

1. Introdução	647
2. Das partes na execução	648
3. Competência	649
4. Requisitos para a realização da execução	650
5. Títulos executivos extrajudiciais	651
6. Responsabilidade patrimonial do devedor	653
7. Fraude à execução	654
8. Das diversas espécies de execução	655
9. Nulidade da execução	656
10. Execução para entrega de coisa	657
10.1. Entrega de coisa certa	657
10.2. Entrega de coisa incerta	659
11. Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	661

12. Execução por quantia certa	664
12.1. Citação no processo de execução	666
12.2. Penhora	667
12.3. Avaliação	668
12.4. Expropriação de bens	669
12.5. Satisfação do crédito e extinção da execução	670
13. Modelos de petição inicial no processo de execução	670
13.1. Modelo de petição inicial de entrega de coisa certa	670
13.2. Modelo de execução para entrega de coisa incerta	675
13.3. Modelo de execução de obrigação de fazer	678
13.4. Modelo de execução de obrigação de não fazer ...	681
13.5. Modelo de execução por quantia certa	684
14. Embargos à execução	687
14.1. Modelo de embargos à execução	690

Capítulo XXIX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 695

Ação de Consignação em Pagamento	695
1. Conceito	695
2. Natureza jurídica	696
3. Casos legais de pagamento em consignação	696
4. Requisitos subjetivos e objetivos	698
5. Direito do consignante ao levantamento do depósito	700
6. Processo de consignação – Artigos 539 a 549 do CPC	701
7. Efeitos do depósito judicial	703
8. Consignação extrajudicial	704

9. Modelo de Ação de Pagamento em Consignação	706
AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	711
1. Introdução	711
2. Legitimidade e interesse	712
3. Prescrição	712
4. Competência	714
5. Procedimento	714
6. Modelo de Ação de Exigir Contas	718
AÇÕES POSSESSÓRIAS	721
1. Introdução	721
2. Os interditos possessórios	722
3. Natureza dúplice das ações possessórias	724
4. Procedimento das possessórias	726
5. Competência	727
6. Legitimidade ativa	728
7. Legitimidade passiva	728
8. Petição inicial e as ações de reintegração e manutenção de posse	729
9. Interdito proibitório	732
10. Modelo de reintegração de posse	734
11. Modelo de ação de manutenção de posse	737
12. Modelo da ação de interdito proibitório	740
INVENTÁRIO E PARTILHA	743
1. Introdução	743

2. Inventário negativo	744
3. Inventário e partilha	746
4. Inventariante	750
5. As primeiras declarações	751
6. Das citações e das impugnações	754
7. Da avaliação e dos impostos	756
8. Das colações	758
9. Pagamento das dívidas	760
10. Partilha	763
11. Formal de partilha	764
12. Sobrepartilha	765
13. Arrolamento	765
14. Arrolamento sumário	767
15. Modelos de petições	769
15.1. Abertura de inventário	769
15.2. Modelo de primeiras declarações	770
15.3. Modelo de ação de inventário	772
15.4. Modelo de petição de arrolamento de bens	774
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	777